

Divulgação



Solar da Imperatriz

Acordo vai proporcionar a recuperação de local no Jardim Botânico, no Rio. Pág. 2

O ESTADO DE S. PAULO

Cidades

SEGUNDA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 1999

Protesto fracassado

Ato em defesa da CPI dos Fiscais convocado pelo PT não teve sucesso. Pág. 4



Ligações entre governistas barram a CPI

Indicações, alianças e suspeitas em comum explicam por que vereadores não querem investigações

ALCEU LUÍS CASTILHO
e UILSON PAIVA

Estranhas ligações, interesses e suspeitas em comum. A análise dos sucessivos escândalos envolvendo Câmara e Prefeitura explica por que 29 dos 55 vereadores votaram contra a CPI dos Fiscais. A coincidência de nomes nas alianças dos parlamentares sugere uma unidade de ação que vai além das votações no plenário.

Pelo levantamento do Estado, pelo menos 25 deles, incluindo o presidente da Casa, Armando Mellão (sem partido), que se absteve de votar, são passíveis de investigações. É mais do que corporativismo. Os vereadores temem que o aprofundamento das denúncias crie uma espécie de "efeito bumerangue", que atingiria todos.

Além de métodos semelhantes na condução dos "lotes" cedidos pelo Executivo (administrações regionais, módulos do PAS, creches e cargos), o bloco governista parece ter predileção por um grupo restrito de funcionários, nomeados sucessivamente para cargos públicos — apesar de muitos responderem a inquéritos policiais e sindicâncias.

Assim, um funcionário acusado de corrupção em uma região da cidade dominada pelo vereador A pode ser encontrado, meses depois, no comando de outra regional, comandada pelo vereador B ou nomeado no gabinete do vereador C.

Coincidências — O caso do ex-regional da Mooca José Augusto Fernandes Gomes é exemplar. Ele foi o primeiro administrador preso por suspeita de corrupção, quando atuava como supervisor na regional da Lapa, controlada por José Izar (PFL) — um dos três vereadores indicados pela polícia. Antes, Gomes trabalhou na regional da Penha, controlada por Vicente Viscome (sem partido), que está preso. O funcionário foi também o tesoureiro de campanha do vereador Toninho Paiva (PFL), que dominava, antes de Viscome, a regional da Penha. Gomes foi indicado para a Mooca por Paiva e pelo deputado federal José Índio Ferreira do Nascimento (PFL). Índio controlou durante toda a década a AR-Mooca, o alvo mais recente das investigações da polícia. A regional motiva uma das mais volumosas pilhas de denúncias no Ministério Público.

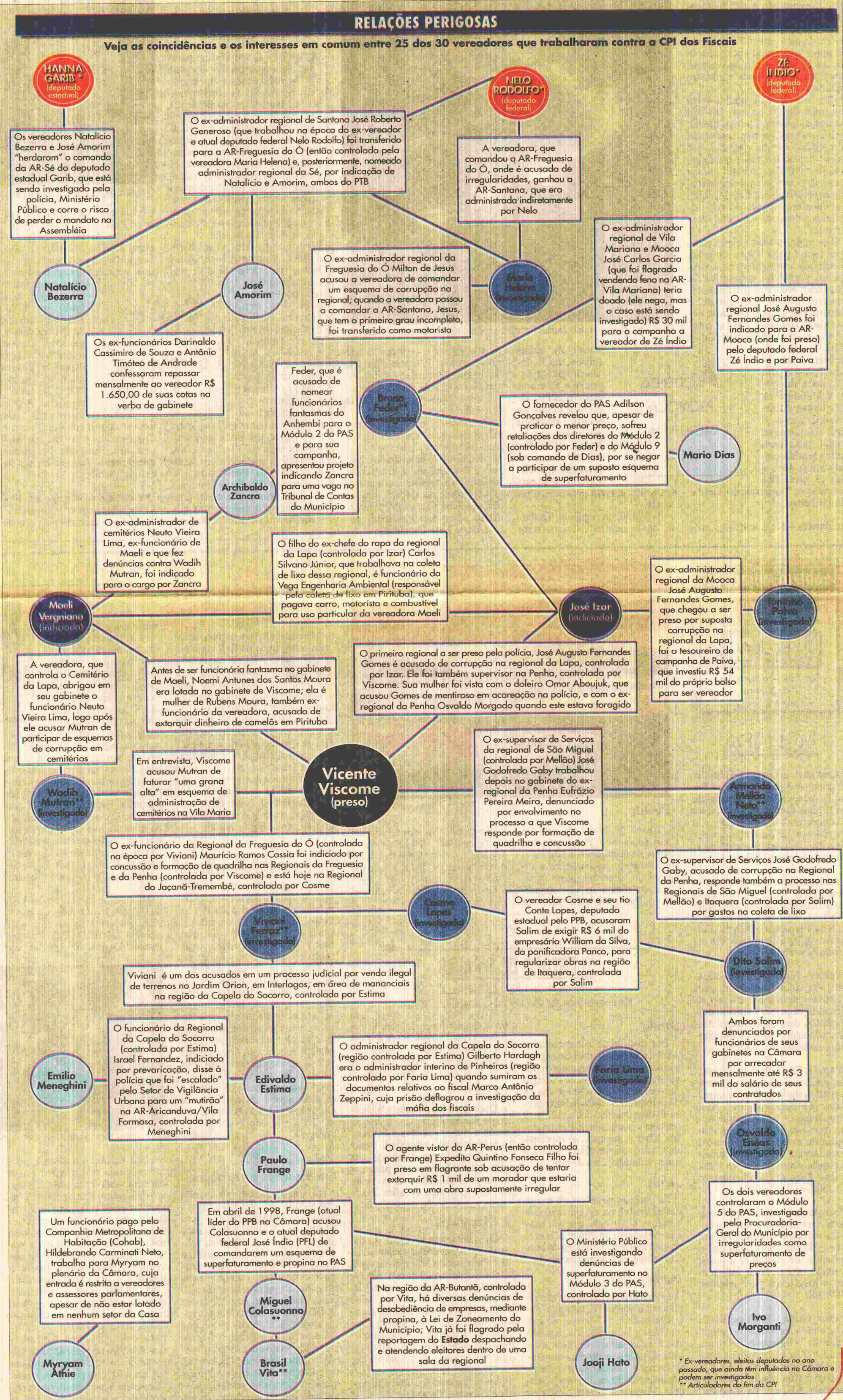
As coincidências no caso de Índio envolvem ainda o vereador Bruno Feder (PTB). Ambos propuseram na Câmara a mesma data comemorativa, o Dia da Cavalcada. Um dos regionais indicados por Feder para a Vila Mariana, José Carlos Garcia, aparece na declaração de gastos de campanha de Índio como depositário de um cheque de R\$ 30 mil. Ele nega o fato. Garcia gostava tanto de cavalos — a exemplo do vereador que o indicou — que chegou a publicar em jornal o telefone da regional para a venda particular de feno.

Na gestão de Paulo Maluf (93-96) na Prefeitura, Índio e Feder compunham com os hoje deputados Hanna Garib (suspensão do PPB) e Nelo Rodolfo (PMDB) e com os vereadores Brasil Vita (PPB) e Miguel Colasunnono (PPB) o "grupo dos seis", considerado o mais influente na Prefeitura. Há muitas coincidências entre eles.

Boa parte dos funcionários de Nelo, tanto do gabinete como da Presidência da Casa, foi aproveitada nos gabinetes de Feder e da indicada Maeli Vergniano (sem partido). Uma ex-funcionária de Maeli, Maria Regina Inácio, revelou na CPI a existência de um complô entre Nelo e Maeli contra o vereador Carlos Neder (PT).

Mesmo parlamentares de oposição dificultam as investigações. O deputado estadual Turco Loco (PS-DB), que abrigou no gabinete o filho do vereador Mário Dias (PPB), votava com os governistas. Seu partido foi contra a investigação da máfia dos fiscais na Assembleia.

■ Mais informações na página 4



* Ex-vereadores, eleitos deputados no ano passado, que ainda têm influência na Câmara e podem ser investigados
** Articuladores do fim da CPI